

Conselho prega o entendimento

O Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) tem poderes para advertir, suspender as atividades, intervir ou encampar as escolas particulares que estão paralisadas desde ontem, em protesto à prisão dos diretores do Colégio Minas Gerais. No entanto, o CEDF só discutirá o assunto na próxima segunda-feira, durante reunião do plenário. "A expectativa do presidente do órgão, Gildo Willadino, é de que a situação seja resolvida pelo diálogo.

Willadino explicou que a Constituição garante a livre iniciativa na educação, mas prevê que as escolas particulares que atendem ao ensino regular devem funcionar por delegação do Estado e cumprir as normas legais. No momento, segundo ele, as escolas deixaram de exercer a solicitação e por isso estão sujeitas às sanções previstas no regimento do CEDF, parágrafo único do artigo 167, dentro do capítulo que trata da autorização e reconhecimento de escolas, competência atribuída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Com base nesse artigo, o CEDF interviu e cassou o reconhecimento da Escola Paramédica em 87, por mau funcionamento.

Diálogo

Apesar de ter poderes para fechar as escolas, na opinião de Willadino, o plenário do Conselho não deve chegar a esse extremo, para proteger os alunos, optando pelo caminho do diálogo. Ele não descartou a possibilidade de convidar o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe), Jaime Zveiter, para discutir a situação e esclarecer o que as escolas realmente querem, já que considerou o comunicado oficial do Sinepe confuso.

O presidente do Conselho explicou que os pais devem pagar as mensalidades normalmente, mas que as escolas têm um calendário a cumprir e devem repor as aulas que não forem ministradas.